



RELATÓRIO E CONTAS 2011

31 DE DEZEMBRO DE 2011

ÍNDICE



Caminhamos consigo

- 01** Órgãos Sociais
- 01** Estrutura Accionista
- 02** Relatório de Gestão
- 12** Demonstrações Financeiras
- 16** Notas às Demonstrações Financeiras
- 33** Relatório dos Auditores Externos
- 35** Relatório do Parecer Fiscal
- 36** Nota Final

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

Presidente	Dr. Natalino Bastos Lavrador
Administrador	Dr. Salim Abdul Valimamade
Administradora	Dr ^a Cristiana de Azevedo Neto Lavrador

Assembleia Geral

Presidente	Dr ^a . Alexandra Teodora da Conceição Cruz Martins
Vice-Presidente	Dr ^a . Maria Helena Miguel
Secretária Geral	Dr ^a . Regina Luísa Lagos Fernandes dos Santos Nulli

Conselho Fiscal

Presidente	Dr. Paul Sousa
1 ^º Vogal	Dr Mário Silva Castelo Branco
2 ^º Vogal	Dr. Miguel Francisco Luís Manuel

ESTRUTURA ACCIONISTA

	Participação
Natalino Lavrador	51,5%
Sebastião Lavrador	5,5%
Minoru Dondo	20%
António Mosquito	20%
Carlos Saturnino	3%
Total	100%

RELATÓRIO DE GESTÃO

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Economia Mundial

A economia mundial em 2011 não conseguiu manter a mesma trajectória de recuperação que tinha marcado o ano anterior, tendo apresentado um crescimento de cerca de 3,8%, sendo que em 2010, foi de 5,2%. Para este facto contribuiu, principalmente, a evolução das economias mais desenvolvidas, que registaram um decréscimo significativo nas suas taxas de crescimento económico.

Esta evolução por parte das referidas economias, ficou a dever-se a diversos factores como sejam, à alteração dos indicadores relativos ao consumo privado nos EUA e à crise da dívida soberana na zona Euro. Ambos factores, contribuíram de forma significativa nas expectativas de consumo e investimento em todo o mundo.

A Zona Euro em 2011, cresceu cerca de 1.6%, mas com grandes variações no que respeita às taxas de crescimento individual de cada país. A Alemanha cresceu cerca de 3%, enquanto as economias do Sul da Europa apresentaram um crescimento abaixo de 1% e, em alguns casos, negativo. Para além das consequências ao nível das situações orçamentais de cada um dos países mais afectados, como a Grécia, Irlanda e Portugal, esta crise teve também repercussões bastante negativas na actividade bancária, tendo originado restrições significativas à concessão de crédito e, conseqüentemente, ao financiamento da economia real.

As economias emergentes apresentaram um desempenho económico mais robusto em relação aos dos restantes blocos económicos, com uma taxa de crescimento do PIB de 6,2%, com realce para os países asiáticos, que alcançaram um crescimento de 7,9% , tendo a China atingido 9%.

Em termos globais, os receios da propagação da crise de dívida soberana aos restantes países da zona Euro, e as implicações dessa propagação aos EUA, conduziram a uma maior aversão ao risco, que condicionou as decisões de investimento da maior parte dos agentes económicos nos países das zonas economicamente mais desenvolvidas.

Economia da África Subsariana

Apesar do ambiente económico volátil em 2011, o crescimento na região da África Subsariana permaneceu robusto, tendo atingido cerca de 4,8% em 2010 e 4,9% em 2011. Excluindo a

África do Sul, que representa mais de um terço do produto interno bruto da região, o crescimento cifrou-se em 5,9% no decorrer de 2011, tornando-a uma das regiões com crescimento mais significativo no Mundo. De acordo com o Banco Mundial, cerca de um terço dos países da região cresceram pelo menos 6%.

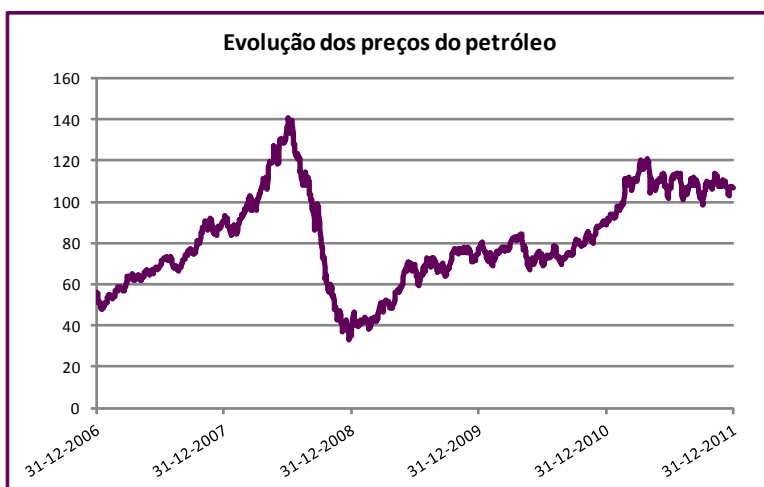
Tal como nos anos mais recentes, o principal factor de crescimento foi a procura interna (consumo crescente, investimento privado e investimento público em actividades produtivas), tendo a procura externa, suportada pelos preços das matérias-primas, dado também um forte impulso à economia. O crescimento do comércio tem sido sustentado pela crescente diversificação dos parceiros comerciais, particularmente, com a China. Tendo em conta o peso das matérias-primas nas suas exportações, a maior parte dos países da região, nomeadamente, os exportadores de petróleo, beneficiaram do crescimento dos preços, no primeiro semestre de 2011.

O investimento directo estrangeiro na região cresceu cerca de 25%, em 2011, tendo para tal contribuído o sector extractivo e o do turismo.

Espera-se, nos próximos anos, a manutenção dos factores que contribuíram para o crescimento da economia da região: investimentos crescentes, aumentos dos volumes de consumo, e dinamização da exportação de novos minerais. Tais factores contribuirão para suportar o crescimento que o Banco Mundial prevê ser cerca de 5,3% em 2012 e 5,6% em 2013.

Economia Angolana

Relativamente à economia Angolana, o ano de 2011 foi caracterizado por um crescimento abaixo do esperado, atendendo às restrições existentes na produção de petróleo durante o primeiro semestre do ano, com impacto significativo no PIB.



Fonte: Organization of the Petroleum Exporting Countries

Os preços do petróleo sofreram uma correcção acentuada no início de Agosto, reflectindo as crescentes preocupações com os sinais de crise nos principais blocos económicos. Nos últimos meses do ano, a crise evidenciou algum abrandamento, entrando num período de maior estabilidade. Apesar do preço médio do petróleo se ter mantido acima de US\$ 100 por barril, o PIB foi afectado pela quebra na produção decorrente das necessidades de obras de manutenção. De acordo com a Agência Internacional de Energia, a procura mundial deverá manter-se sustentada, particularmente, nos países fora da OCDE, e em particular, na América Latina, Ásia e Médio Oriente.

Os restantes sectores evidenciaram um crescimento significativo sustentado, graças aos projectos de infra-estruturas públicas nos domínios da água, energia eléctrica e transportes. Os sectores que obtiveram um melhor desempenho foram: Energia, Indústria e Construção.

Há a assinalar os esforços de diversificação da economia, nomeadamente, o início do projecto de extracção de gás liquidificado que deverá começar a produzir resultados a partir de 2012. Angola tem um volume significativo de reservas de gás natural que não são totalmente quantificáveis, uma vez que ainda existem zonas em que as prospecções ainda não foram realizadas.

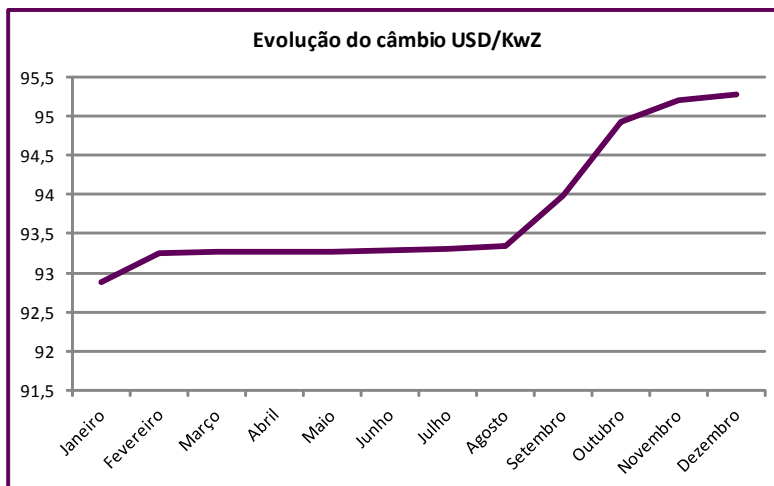
Para 2012, prevê-se um bom desempenho para a economia nacional impulsionado pelo crescimento do PIB do sector petrolífero (entrada de novos campos de exploração e aumento de investimentos nos campos já existentes) e do sector não petrolífero (Agricultura, Energia e Diamantes).

No ano, as agências de rating FITCH (em Maio) e STANDARD & POOR'S (Julho) elevaram anotação da economia angolana de "B+" com perspectiva positiva para "BB" com perspectiva estável, e a agência MOODY'S (Junho) elevou a notação de "B1" com perspectiva positiva para "Ba3" com perspectiva estável.

Em termos de política monetária, os objectivos prosseguidos durante o ano privilegiaram a estabilidade de preços, o equilíbrio do mercado cambial e das contas externas do país, tendo sido tomadas diversas medidas com relevância para o cumprimento destes objectivos, nomeadamente:

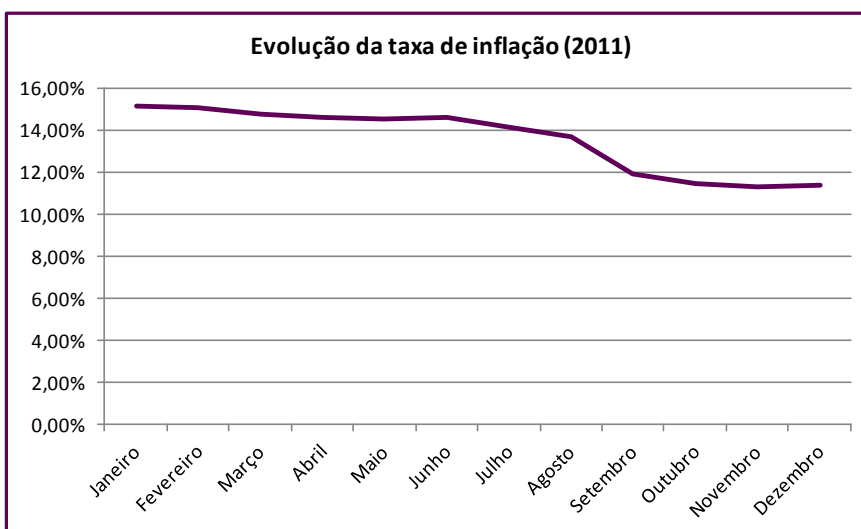
- Redução do coeficiente de reservas obrigatórias em MN de 25% para 20%;
- Redução da taxa de redesconto de 25% para 20%;
- Introdução das operações de mercado aberto (OMA) de absorção e cedência de liquidez;
- Redução do limite de exposição cambial para 50% (posições longas) e restrição das componentes integrantes do seu cálculo;
- Alteração ao cálculo do rácio de solvabilidade regulamentar tendo, entre outros, sido agravado o coeficiente para os activos denominados em ME.
- Apresentação do Novo Quadro Operacional para a Política Monetária pelo BNA;

Desta forma, o Banco Nacional da Angola adoptou uma política mais restritiva, contribuindo para a estabilização do valor do kwanza no decurso de 2011, o que permitiu uma redução generalizada das taxas de juro. Durante o ano, e de acordo com o Quadro Operacional para a Política Monetária, foi introduzida no sistema financeiro angolano, o conceito de Taxa Básica de Juro de referência, denominada Taxa BNA, que sinalizará a orientação da política monetária e que irá servir de referência para as taxas praticadas pelas instituições financeiras no mercado monetário interbancário.



Fonte: Banco Nacional de Angola

Por outro lado verificou-se uma redução da inflação, em consonância com os objectivos definidos no Acordo celebrado com o FMI, e também com a política restritiva assente numa gestão eficaz das reservas em moeda estrangeira.



As vendas acumuladas de Bilhetes do tesouro (BT) e Títulos do banco central (TBC) foram de Kz 333 mil milhões e Kz 405 mil milhões (uma redução de 49% face a 2010) e as taxas de juro de ambos os títulos apresentaram uma tendência de redução até ao terceiro trimestre, tendo subido ligeiramente no final do ano.

A redução do coeficiente de reservas obrigatórias em MN originou um aumento de liquidez disponível que, em conjunto com outras medidas, contribuíram de forma decisiva para melhorar os níveis de liquidez do sistema financeiro nacional e permitir um financiamento mais efectivo à economia, assim como a redução das taxas de juro activas.

O FMI visitou Angola, em Junho, para mais uma avaliação do andamento dos progressos feitos no âmbito do acordo Stand-By, tendo sido aprovada a libertação de uma nova tranche de cerca de 133 milhões de USD. O Fundo referiu os progressos que têm vindo a ser feitos em termos de política de estabilização económica, que beneficiaram de um aumento das reservas internacionais mas também da adopção de reformas estruturais.

Economia da Província do Huambo

De acordo com o Orçamento Geral do Estado, as dotações orçamentais para a província do Huambo, serão canalizadas para prossecução de políticas, com o objectivo de:

- (i) Promover a reabilitação da agricultura através da estabilização das populações no meio rural, e a criação de melhores condições de vida no campo. Tal melhoria, irá concorrer para o aumento da produção e da produtividade da agricultura nacional, e para o desenvolvimento da agro-indústria e da exportação dos produtos agrícolas.

- (ii) Promover a criação de indústrias, não só para substituir importações, mas também para retomar as exportações. Para tal, estão a ser tomadas medidas, com sejam, a recuperação e desenvolvimento das actividades produtivas, a recuperação e criação de infra-estruturas materiais, a reconstituição e ampliação do capital humano, o desenvolvimento tecnológico e o enquadramento e reforço do sector privado e institucional do Estado.

O BANCO COMERCIAL DO HUAMBO

Introdução

O Banco Comercial do Huambo (BCH) é um banco regional, com sede na cidade do Huambo. Tem como objectivo apoiar as muito pequenas, as pequenas e as médias empresas, contribuindo fortemente para o desenvolvimento socioeconómico da região, tendo subjacente a actividade económica agro-industrial.

O Banco Comercial do Huambo, S.A. é uma Instituição cujo capital social é de 1.000 milhões de kwanzas, sendo totalmente de origem residente, e todos os accionistas são de nacionalidade angolana. O Banco foi constituído em 17 de Junho de 2009 e a sua actividade comercial teve início a 16 de Julho de 2010.

O Banco tem por objecto social o exercício da banca de retalho, nos termos e dentro dos limites da Lei, no País e no estrangeiro, e enquanto entidade de direito angolano, está obrigado ao cumprimento do disposto na respectiva Lei e demais Normativos de Supervisão sobre os Princípios de Governação.

Na concretização do nosso projecto, fomos confrontados com diversas dificuldades e obstáculos, mas foram ultrapassados com a perseverança e determinação dos accionistas fundadores.

Missão

O Banco Comercial do Huambo foi criado com a missão de:

- (i) Dotar a região do Huambo com uma Instituição de Crédito que entenda profundamente a estrutura comercial e industrial da província do Huambo;
- (ii) Possibilitar a rapidez nas decisões, uma vez que o Conselho de Administração do Banco decide localmente;
- (iii) Apostar no desenvolvimento económico e social da região, tendo em conta as potencialidades da mesma;
- (iv) Criar e desenvolver uma Instituição de Crédito de pequena/média dimensão que alcance bons níveis de rentabilidade, para que a sua solidez financeira possa enfrentar a concorrência;

Organização

O Conselho de Administração é o órgão ao qual foi confiada a gestão do Banco, e é composto por 2 administradores executivos e 1 vogal não executivo, sendo o Presidente um dos administradores executivos.

A área comercial da entidade está estruturada por unidades de negócios, a saber: Particulares e Pequenos Negócios e Particulares e Grandes Negócios.



Em 31 de Dezembro de 2011 o BCH já tem 13 colaboradores para preenchimento dos seus quadros, com a seguinte distribuição:

Conselho de Administração	3
Direcção	1
Técnicos	8
Administrativos	1

Prioridades Estratégicas

No decurso deste primeiro período de actividade, o Banco Comercial do Huambo iniciou um processo de reflexão estratégica e delineou um plano de acção que orientará as suas actividades nos próximos anos.

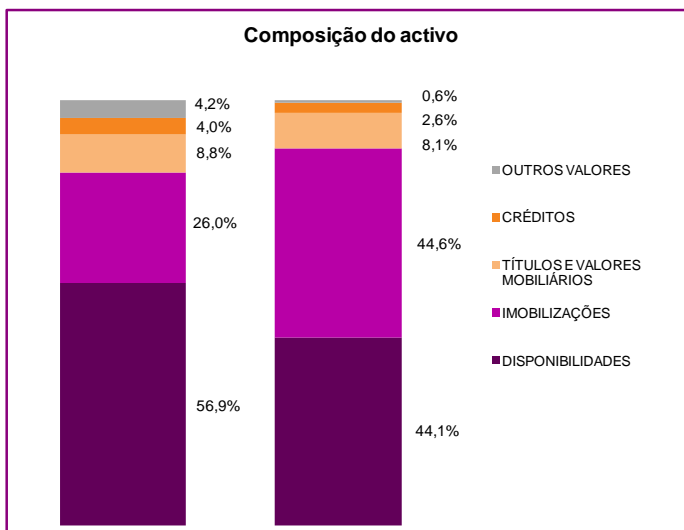
Reafirma-se a intenção de cimentar no mercado um nome, que espelhe a nossa cultura e os nossos padrões de qualidade e fidelidade, e apresentar aos nossos clientes produtos competitivos que acresçam valor aos seus negócios e vidas.

Para suportar a sua ambição de crescimento e de alcance aos seus clientes, o BCH encetará um plano de expansão da sua rede de Agências, sendo o primeiro pólo visível a abertura de uma agência em Luanda, estando também previsto, para além do reforço da presença na Província do Huambo, a extensão a outras Províncias.

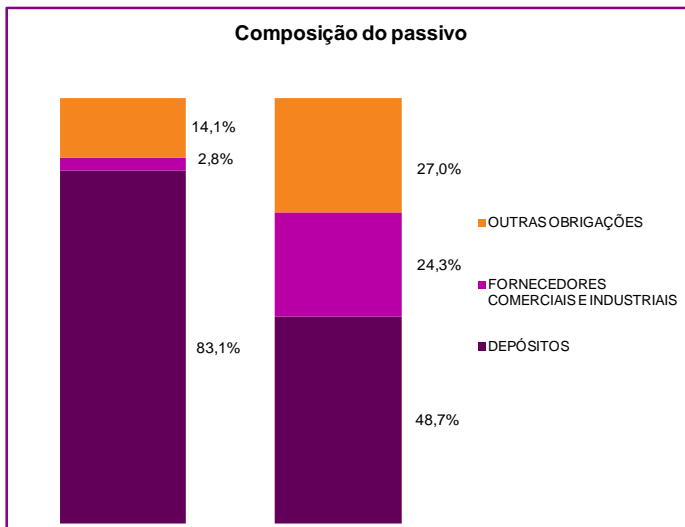
Este reforço da presença comercial será acompanhado de programas de recrutamento e formação dos nossos quadros, no sentido de fortalecer a organização e preparar a mesma para os desafios futuros.

Está também previsto um investimento em infra-estruturas, que permitirão ao BCH continuar a entregar aos seus clientes os níveis de eficiência e serviço que são marca do Banco.

ANÁLISE FINANCEIRA

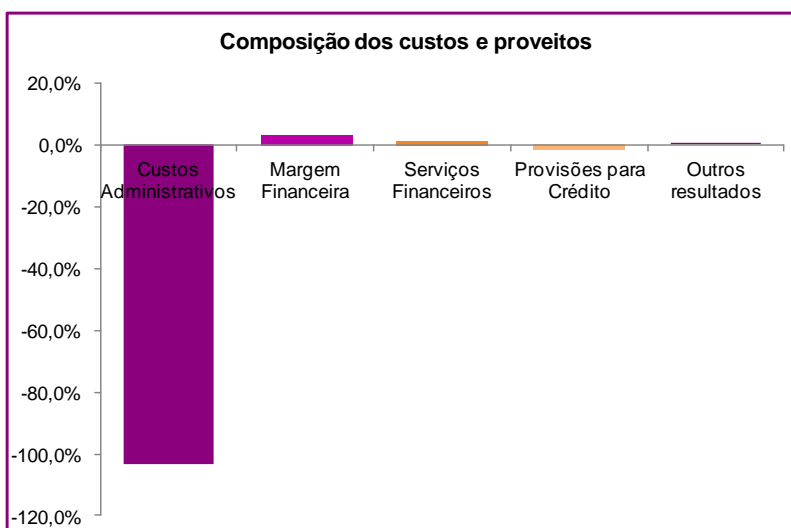


No ano de 2010, a criação do Banco e o arranque da sua actividade acarretou a realização de um conjunto de investimentos necessários para dotar a mesma dos equipamentos necessários ao desenvolvimento da sua actividade, nomeadamente, o investimento na construção do edifício da nossa sede, a compra e implementação de equipamento informático e as despesas de constituição. No ano de 2011, a componente de imobilizações representa uma proporção mais reduzida do activo, tendo em conta o crescimento das disponibilidades, em virtude do aumento de capital realizado durante o ano.



A nossa carteira de depósitos representou cerca de 83,1% do passivo, evidenciando um crescimento significativo face ao montante de depósitos captados no ano passado, demonstrando uma crescente confiança dos clientes.

As nossas restantes obrigações decorrem, maioritariamente, das operações de investimento que foram realizadas para dotar a Instituição com nível apreciável de operacionalidade.



Atendendo à fase de investimento em que o Banco se encontra, os custos administrativos, que incorporam fundamentalmente as despesas com remunerações de pessoal, as depreciações associadas ao imobilizado e equipamentos do Banco e as despesas com outros fornecimentos, representam a maior componente dos resultados.

No entanto, e apesar de se tratar de um período muito reduzido atendendo à data de constituição e início de actividade do Banco, registou-se já um aumento da margem financeira devido fundamentalmente ao crescimento significativo dos proveitos com créditos que

superaram os custos com a remuneração dos depósitos de clientes, apesar do crescimento significativo destes.

RESULTADOS E SUA APLICAÇÃO

O resultado líquido ascende a -214.538.981,81 kwanzas para o qual propomos que seja contabilizado por contrapartida, em Resultados Transitados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
(montantes expressos em milhares de kwanzas Angolanos)

	<u>Notas</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
ATIVO			
DISPONIBILIDADES	4	824.372	322.080
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	126.885	58.960
CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	6	28.522	0
CRÉDITOS	7	58.402	4.266
OUTROS VALORES	8	32.798	18.752
INVENTÁRIOS COMERCIAL E INDUSTRIAL E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		-10	0
IMOBILIZAÇÕES	9	377.080	325.584
Total Ativo		1.448.049	729.642
PASSIVO			
DEPÓSITOS	10	599.993	239.809
OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	6	20.172	0
OUTRAS OBRIGAÇÕES	11	102.196	252.360
Total Passivo		722.360	492.169
CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL SOCIAL	12	1.000.001	300.000
RESERVAS E FUNDOS	12	14.795	14.795
RESULTADOS TRANSITADOS	12	-74.568	-77.322
RESULTADO OPERACIONAL	12	-215.179	0
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	12	640	0
Total Capital Próprio		725.689	237.473
Total Passivo + Cap. Próprio		1.448.049	729.642

Demonstração de resultados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
(montantes expressos em milhares de kwanzas Angolanos)

	Notas	2011	2010
Margem Financeira	13	6.636	6.395
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos		15.703	7.207
Proveitos de Aplicações de Liquidez		200	0
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários		9.303	6.904
Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivados		0	0
Proveitos de Créditos		6.200	303
(-) Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	13	-9.067	-812
Custos de Depósitos		-9.067	-812
Custos de Captações para Liquidez		0	0
Custos de Captações com Títulos e Valores Mobiliários		0	0
Custos de Instrumentos Financeiros Derivados		0	0
Custos de Outras Captações		0	0
Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo		0	0
Resultados de Operações Cambiais	13	-747	120
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	13	2.674	257
(-) Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias	13	-2.820	-43
Resultados de Planos de Seguros, Capitalização e Saúde Complementar		0	0
RESULTADO DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA	13	5.744	6.729
RESULTADOS COM MERCADORIAS, PRODUTOS E OUTROS SERVIÇOS		0	0
(-) Custos Administrativos e de Comercialização		-222.055	-84.102
Pessoal	14	-69.262	-21.324
Fornecimentos de Terceiros	15	-69.204	-30.700
Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado		0	-10
Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras		-15	0
Custos com Pesquisa e Desenvolvimento		0	0
Provisões Específicas para Perdas com Clientes Comerciais e Industriais		0	0
Outros Administrativos e de Comercialização		-6.625	0
Provisões Específicas para Perdas com Inventários Comerciais e Industriais		0	0
Depreciações e Amortizações		-76.950	-32.069
Recuperação de Custos		0	0
(-) Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis		0	0
Resultado de Imobilizações Financeiras		0	0
Outros Proveitos e Custos Operacionais	17	1.132	50
OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS		-220.923	-84.052
RESULTADO DA ACTUALIZAÇÃO MONETÁRIA PATRIMONIAL		0	0
RESULTADO OPERACIONAL		-215.179	-77.322
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		640	0
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS		-214.539	-77.322
(-) ENCARGOS SOBRE O RESULTADO CORRENTE		0	0
RESULTADO CORRENTE LÍQUIDO		-214.539	-77.322
(-) PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS		0	0
RESULTADO DO EXERCÍCIO		-214.539	-77.322

Demonstração de mutações nos fundos próprios em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
(montantes expressos em milhares de kwanzas Angolanos)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS	RESULTADOS POTENCIAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	T O T A I S
SALDOS INICIAIS	300.000	14.795	-214.539	0	100.256
Recebimentos por Aumentos de Capital	700.001				700.001
Pagamentos por Reduções de Capital					0
Incorporações de Reservas ao Capital					0
Incorporações de Resultados Transitados ao Capital				2.755	2.755
Reconhecimento da Actualização Monetária					0
Apropriação do Resultado do Exercício				-77.322	-77.322
SALDOS FINAIS	1.000.001	14.795	-214.539	-74.568	725.689

Demonstração de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
(montantes expressos em milhares de kwanzas Angolanos)

Descrição	Notas	2011	2010
Fluxo de Caixa da Margem Financeira		2.691	6.296
Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos		11.411	7.108
Recebimentos de Proveitos de Aplicações de Liquidez		200	0
Recebimentos de Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários		6.281	6.804
Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivados		0	0
Recebimentos de Proveitos de Créditos		4.929	304
(-) Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Passivos		-8.720	-812
Pagamentos de Custos de Depósitos		-8.720	-812
Fluxo de Caixa dos Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo			
Fluxo de Caixa dos Resultados de Operações Cambiais		-747	120
Fluxo de Caixa dos Resultados de Prestação de Serviços Financeiros		2.674	257
Fluxo de Caixa dos Resultados de Planos de Seguros, Capitalização e Saúde Complementar			
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.619	6.673
FLUXO DE CAIXA DOS RESULTADOS COM MERCADORIAS, PRODUTOS E OUTROS SERVIÇOS			
(-) Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização		-306.980	0
Fluxo de Caixa da Liquidação de Operações no Sistema de Pagamentos		-8.351	0
Fluxo de Caixa de Outros Custos e Proveitos Operacionais		0	-51.983
RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS DE OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS		-315.331	-51.983
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES		-310.712	-45.310
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos		-64.803	-58.860
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Créditos		-55.641	-4.310
FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		-120.444	-63.170
FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS EM OUTROS VALORES		0	-18.752
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Imobilizações		-127.167	-357.653
Fluxo de Caixa dos Resultados na Alienação de Imobilizações		429	0
FLUXO DE CAIXA DAS IMOBILIZAÇÕES		-126.738	-357.653
FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS		-247.181	-439.574
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Depósitos		360.184	239.809
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Captações		0	119.502
FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		360.184	359.310
FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM MINORITÁRIOS			
Recebimentos por Aumentos de Capital		700.001	314.795
FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM FUNDOS PRÓPRIOS		700.001	314.795
FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM OUTRAS OBRIGAÇÕES		0	132.859
FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS		1.060.185	806.964
SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	4	322.080	0
SALDO EM DISPONIBILIDADES AO FINAL DO PERÍODO	4	824.372	322.080
VARIAÇÕES EM DISPONIBILIDADES		502.292	322.080

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 31 de Dezembro de 2011 e 2010
(montantes expressos em milhares de kwanzas angolanos)

1. Constituição e Atividade

Por escritura pública de 17 de Junho de 2009, foi constituído o **BANCO COMERCIAL DO HUAMBO**, de agora em diante designado por “Banco” ou “BCH”. O BCH é um banco regional, com sede na cidade do Huambo, e tem como objectivo a actividade bancária, apoiando as pequenas e médias empresas, contribuindo fortemente para o desenvolvimento sócio-económico da região, tendo subjacente a actividade económica agro-industrial. O início da actividade comercial do banco ocorreu a 16 de Julho de 2010.

O BCH apoiará também os seus clientes na vertente de assistência técnica, desde a criação de uma empresa até à elaboração do estudo de viabilidade económico-financeira. Um apoio inovador no sistema financeiro angolano, disponível aos balcões do Banco à data, localizado nas cidades de Huambo e Luanda.

No que se refere à estrutura acionista e conforme referido na Nota 12, o Banco é detido por acionistas angolanos, encontrando-se detalhado nas Notas 10 e 12 os saldos relevantes ocorridos com acionistas.

No cumprimento do referido no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF) e das normas e instruções emanadas pelo Banco Nacional de Angola (adiante igualmente designado por “BNA”), relativamente aos elementos para publicação oficial, detalhamos abaixo as notas explicativas e informações consideradas relevantes para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

2. Comparabilidade da Informação

Na preparação das Demonstrações Financeiras são apresentados os montantes com referência ao período decorrido entre 31 de Dezembro 2010 e 31 de Dezembro 2011.

3. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas neste relatório foram elaboradas com base nos livros e registos mantidos pelo Banco e são apresentadas em Kwanzas (AOA). Estas encontram-se em conformidade com os princípios contabilísticos da entidade, nomeadamente o princípio da continuidade, da prudência, da especialização dos exercícios, da substância sobre a forma, da consistência, da atualização monetária e uniformidade, e estão de acordo com o Plano de

Contas (Contif) para o sector bancário, estabelecido pelo Banco Nacional de Angola, conforme definido no Instrutivo nº 09/07 de 19 de Setembro, do Banco Nacional de Angola o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010 e na Diretiva 04/DSI/2011, que estabelece a obrigatoriedade de adoção das normas internacionais de contabilidade em todas as matérias relacionadas com procedimentos e critérios contabilísticos que não se encontrem estabelecidos no CONTIF.

3.1 Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro 2011 encontram-se expressas em Kwanzas Angolanos (AOA), conforme o previsto no Aviso nº 15/2007, art. 5º do BNA, encontrando-se todos os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira convertidos ao câmbio médio indicativo publicado pelo BNA na data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2011, os câmbios face ao AOA das divisas a que o Banco se encontra mais exposto são os seguintes:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
USD	95,282	92,64
EUR	123,137	122,7

3.2 Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras, e que têm sido consistentemente aplicadas desde o início de atividade do BCH, são as seguintes:

a) Especialização dos Exercícios

O Banco reconhece os proveitos e os custos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, sendo incluídos nas demonstrações financeiras dos períodos a que se referem.

Os proveitos consideram-se realizados quando: a) nas transações com terceiros, o pagamento for efetuado ou assumido firme compromisso de efetiva-lo; b) na extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento simultâneo de um ativo de valor igual ou superior; c) a geração natural de novos ativos, independentemente da intervenção de terceiros; ou d) no recebimento efetivo de doações e subvenções.

Os custos, por sua vez, são considerados incorridos quando: a) deixar de existir o correspondente valor do ativo, por transferência da sua propriedade para um terceiro; b) pela diminuição ou extinção do valor económico de um ativo; ou c) pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

b) Provisão para riscos de crédito

A metodologia de apuramento das provisões para crédito concedido a Clientes seguiu em 2010 e inícios de 2011 o previsto no Aviso nº 4/2009, de 18 de Junho. Em 8 de Junho o BNA publicou o Aviso nº 4/2011 que revoga o Aviso nº4/2009. Apesar de este Aviso manter as regras de provisionamento, o mesmo veio colocar restrições à concessão de crédito em moeda estrangeira.

Deste modo, a metodologia de apuramento das provisões para crédito concedido a clientes, genericamente, mantém-se face ao ano anterior, e encontra-se descrita abaixo.

c) Provisões para crédito e juros

O Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes classes:

Nível A: Risco nulo

Nível B: Risco muito reduzido

Nível C: Risco reduzido

Nível D: Risco moderado

Nível E: Risco elevado

Nível F: Risco muito elevado

Nível G: Risco de perda

A classificação de cada operação de crédito será revista, no mínimo, anualmente, através de uma reavaliação dos critérios que determinaram a sua classificação inicial do cliente, tendo em conta os níveis mínimos de provisionamento calculados de acordo com o Aviso nº 4/2011.

Sem prejuízo da revisão descrita no artigo 4º do referido Aviso, a instituição financeira revê mensalmente a classificação de cada crédito em função do atraso verificado no pagamento de parcela do capital ou dos encargos, observando-se que a classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efetuada na classe que vier a apresentar maior risco.

O crédito é classificado nos níveis de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, de acordo com o Aviso nº 4/2011, que prevê como níveis mínimos de provisionamento os seguintes:

Níveis de Risco	A	B	C	D	E	F	G
% de Provisão	0%	1%	3%	10%	20%	50%	100%
Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento	até 15 dias	de 15 a 30 dias	de 1 a 2 meses	de 2 a 3 meses	de 3 a 5 meses	de 5 a 6 meses	mais de 6 meses

De acordo com o artigo 10º do referido Aviso, para os créditos com prazo a decorrer superior a 24 meses admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos para a revisão mensal, verificados no pagamento de parcela de principal ou de encargos.

d) Imobilizações Financeiras

Participações em Coligadas e Equiparadas

Nesta rubrica são consideradas as participações em sociedades nas quais o Banco detém, direta ou indiretamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respetivo capital votante, sem a controlar (empresa coligada ou equiparada).

Estes ativos são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo que no caso de participação relevante, o método de equivalência patrimonial é adotado, aquando o Banco tenha influência na administração ou quando a percentagem de participação, direta ou indireta do Banco representar 20% ou mais do capital votante da coligada.

Participações em Outras Sociedades

Nesta rubrica são consideradas as participações em sociedades para as quais o Banco detém, direta ou indiretamente, uma percentagem inferior a 10% do respetivo capital votante.

Estes ativos são registados pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas.

A 31 de Dezembro 2011, o BCH tem registado nesta rubrica uma participação na EMIS de 36.048 milhares de Kwanzas.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco são registados pelo valor efetivamente pago e atendendo às suas características e intenção aquando da aquisição, classificados nas seguintes categorias:

- a) Títulos para negociação;
- b) Títulos disponíveis para venda;
- c) Títulos mantidos até ao vencimento.

Na categoria *títulos para negociação* são registados aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados.

Na categoria *títulos disponíveis para venda* encontram-se registados aqueles cujo propósito é serem eventualmente negociados e, por consequência, não se enquadram nas demais categorias.

Na categoria *títulos mantidos até ao vencimento* são registados os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira do Banco para mantê-los em carteira até ao vencimento. Essa capacidade financeira é comprovada com base em projeções de fluxo de caixa, não considerando a possibilidade de venda dos títulos antes do vencimento.

Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, relativos a juros auferidos pela fluência do prazo até ao vencimento ou dividendos declarados, são considerados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados,

observado que os relativos às ações adquiridas há menos de seis meses são reconhecidos em contrapartida da conta que regista o correspondente custo de aquisição.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos para negociação e disponíveis para venda são ajustados pelo valor de mercado, considerando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida:

- i) da conta de proveitos ou custos, no resultado do período, quando referente aos títulos classificados na categoria títulos para negociação;
- ii) da conta de fundos próprios, quando referente aos títulos classificados na categoria títulos disponíveis para venda, pelo valor líquido dos efeitos tributários, devendo ser transferidos para o resultado do período somente aquando da venda definitiva.

Para fins do ajuste do valor de mercado de títulos, a metodologia do seu apuramento segue o critério do preço definido pelo Banco Nacional de Angola. As perdas de caráter permanente em títulos e valores mobiliários são reconhecidas imediatamente no resultado do período, observando que o valor ajustado decorrente do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos. Essas perdas não são revertidas em exercícios posteriores.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até ao vencimento são avaliados pelos respetivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos, reconhecendo-se eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do resgate pela diferença entre o preço de resgate e o seu valor contabilístico.

f) Transações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, segundo o qual, cada operação é registada exclusivamente em função das moedas intervenientes. De acordo com este método, todos os saldos contabilísticos expressos em moeda estrangeira, exceto notas e moedas, são convertidos para AKZ, no encerramento de cada mês contabilístico, com base na taxa média de referência, divulgada pelo Banco Nacional de Angola.

Posição Cambial à Vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação, e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada mensalmente com base nos câmbios médios divulgados pelo Banco Nacional de Angola, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos do exercício.

Notas e moedas estrangeiras

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nos câmbios médios divulgados pelo Banco Nacional de Angola. As diferenças cambiais daí resultantes são contabilizadas como custos ou proveitos do exercício.

Conversão em AKZ de resultados em moeda estrangeira

Com referência ao final de cada mês, todos os resultados expressos em moeda estrangeira são convertidos para AKZ com base na média dos câmbios de compra e venda. Este procedimento implica a alteração da posição de câmbio à vista em cada moeda estrangeira envolvida face à moeda nacional.

Os proveitos/custos em cada moeda estrangeira, são creditados/debitados por contrapartida da respectiva posição cambial à vista.

g) Atualização monetária

As demonstrações financeiras considerarão os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em caso de variação superior (inflação) a 100% nos últimos três anos, mediante correção do valor contabilístico das contas de Imobilização e dos Fundos Próprios.

h) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As Imobilizações Incorpóreas são registadas ao custo de aquisição e neste estão incluídas despesas incorridas com os custos de aquisição e desenvolvimento de software, utilizados em processamento de dados, os gastos inerentes à constituição, organização, reestruturação, expansão, e/ou modernização do Banco, as benfeitorias em imóveis de terceiros, e os produtos em desenvolvimento classificáveis como ativos.

Os bens imobilizados estão apresentados líquidos das amortizações mensais acumuladas, sendo calculadas a partir da data efectiva de entrada em funcionamento do bem, segundo o método das quotas constantes, e de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, aos quais correspondem os seguintes anos de vida útil estimada:

<u>Descritivo</u>	<u>Nº de anos</u>
<i>Imobilizado Incorpóreo</i>	
Softwares	3
<i>Imobilizado Corpóreo</i>	
Obras em edifícios arrendados	10
<i>Equipamento</i>	
Mobiliário e Material	10
Máquinas e ferramentas	6 e 7
Equipamento informático	3
Instalações interiores	10
<i>Transporte</i>	
Veículos automóveis	3

Os gastos incorridos na fase da pesquisa para o desenvolvimento de novos produtos não são reconhecidos como ativos intangíveis, mas diretamente como custos em resultados.

i) Provisões e Contingências

São reconhecidas provisões quando:

- o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva;
- seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e
- quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas contingências passivas em contas extrapatrimoniais quando o Banco tem:

- uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sobre o controlo da Instituição;
- uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que a Instituição tenha que a liquidar ou por o valor da obrigação não poder ser mensurado com exatidão.

Contingências ativas são reconhecidas em contas extrapatrimoniais, quando um possível ativo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo da Instituição.

j) Imposto sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, à taxa de 35%, segundo a Lei nº5/99 de 6 de Agosto, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria coletável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto acima referida.

Os impostos diferidos ativos e passivos são registados quando existe uma diferença temporária entre o valor de um ativo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

k) Redução no Valor Recuperável de Ativos (Imparidade)

O Banco avalia os seus ativos periodicamente, tendo em vista a identificação de ativos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um ativo acontece sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável.

Na avaliação do indício de imparidade, o Banco tem em conta os seguintes indicadores:

- a) Declínio significativo no valor de um ativo, maior do que o esperado no seu uso normal;
- b) Mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal, com efeitos adversos sobre o Banco;
- c) Aumento nas taxas de juro ou em outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de desconto e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos ativos;
- d) Valor contabilístico de ativos líquidos maior do que o valor de mercado;
- e) Evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um ativo;
- f) Mudanças significativas na forma de utilização do ativo, como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco; e
- g) Indicação que o desempenho económico do ativo será pior do que o esperado.

4. Disponibilidades

A rubrica de disponibilidade apresenta o seguinte detalhe:

<i>Disponibilidades</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2010</i>
Caixa	41.132	9.940
Disponibilidades no Banco Central	466.093	276.836
Disponibilidades em Instituições Financeiras	317.147	35.304
	824.372	322.080

O saldo da rubrica depósitos no Banco Central é constituído por depósitos à ordem em moeda nacional e moeda estrangeira, não sendo os mesmos remunerados, visando satisfazer as exigências de reservas mínimas obrigatórias do BNA e outras responsabilidades efetivas.

A 4 de Junho de 2010, entrou em vigor o Instrutivo nº 3/2010 do BNA, que veio estabelecer que as reservas obrigatórias passem a ser constituídas em duas moedas – AOA para as contas em AOA que constituem a base de incidência e USD, para as contas em moeda estrangeira que constituem a base de incidência e USD, para as contas em moeda estrangeira que constituem a base de incidência.

O Instrutivo define ainda que as reservas a constituir em moeda nacional são de 25%, excetuando os depósitos do Governo Local, sobre os quais recai uma taxa de 50% e Governo Central em que se aplica uma taxa de 100%.

As reservas em moeda estrangeira são de 15%, excetuando os depósitos do Governo Local, em que se aplica uma taxa de 0% e Governo Central em que se aplica uma taxa de 100%.

Podem ainda ser utilizados para o cumprimento das reservas obrigatórias os ativos representativos do valor dos desembolsos de crédito em moeda nacional e estrangeira que vierem a ser concedidos, no âmbito dos programas específicos dos setores da Agricultura, Indústria e Habitação, até ao limite de 5% da base de incidência.

As disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro (em ME), englobam os saldos das contas junto dos bancos correspondentes, inserindo-se estes montantes na gestão da actividade corrente do Banco.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<i>Títulos de Dívida Detidos até à Maturidade</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2010</i>
Bilhetes do Tesouro		
3 meses	101.621	58.960
6 meses	25.264	0
Total	126.885	58.960

O saldo constante na rubrica de Títulos mantidos até ao vencimento, é composto na sua totalidade, por Bilhetes de Tesouro de muito curto prazo, adquiridos pelo Banco durante o exercício de 2011.

A Política de Investimento em títulos e valores mobiliários adotada pelo BCH, encontra-se adequada à realidade do mercado angolano, nomeadamente através do seguinte:

- especial enfoque em títulos de dívida pública e do Banco Central;
- critérios centrados na rentabilidade;
- manutenção de controlos associados aos riscos de liquidez e de mercado.

6. Créditos e Obrigações no Sistema de Pagamentos

Estas rubricas decompõem-se da seguinte forma:

<i>Créditos e Obrigações Sistema de Pagamentos</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2010</i>
Créditos no Sistema de Pagamentos	28.522	0
Obrigações no Sistema de Pagamentos	20.172	0

Os valores apresentados a 31 de Dezembro de 2011 referem-se a cheques visados, cheques bancários e cheques a pagar, cujos montantes serão regularizados em 2012.

7. Crédito sobre Clientes

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<i>Créditos</i>	<i>2011</i>			<i>2010</i>		
	<i>MN</i>	<i>ME</i>	<i>Total</i>	<i>MN</i>	<i>ME</i>	<i>Total</i>
Conta Corrente	39.214	1.807	41.021	4.309	0	4.309
Adiantamento de Depósitos	35		35	0		0
Em préstimos	17.829	2.292	20.121	0	0	0
Outros Créditos	0		0	0		0
Total Crédito Bruto	57.078	4.099	61.177	4.309	0	4.309
Provisão para Crédito			(2.775)			(43)
Crédito a Clientes Líquido			58.402			4.266

A provisão para crédito a 31 de Dezembro de 2011, determinada com base no Aviso nº 4/2011, de 8 de Junho, representando 5% do valor global do crédito e juros vencidos, é de cerca de 2.775 milhares de Kwanzas.

8. Outros Valores

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<i>Outros Valores</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2010</i>
Outros valores de natureza cível	17.630	698
Outros valores de natureza administrativa e comercial	15.168	18.054
	32.798	18.752

O saldo de outros valores de natureza cível refere-se maioritariamente a adiantamentos efectuados a fornecedores do Banco. O montante de natureza administrativa e comercial, refere-se sobretudo a despesas antecipadas, nomeadamente, rendas e alugueres.

9. Imobilizado

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<i>Imobilização Corpóreas</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2010</i>
Imobilizações Corpóreas		
Equipamento básico	5.423	7.107
Equipamento de carga e transporte	5.302	5.302
Equipamento administrativo	17.264	11.914
Equipamento informático	48.211	45.751
Equipamento bancário	6.681	6.108
Equipamento de segurança	12.222	11.970
Imobilizado em curso	37.615	2.806
Outras imobilizações corpóreas	14.918	12.361
Valor Bruto	147.636	103.319
Amortizações de Imobilizações Corpóreas		
Equipamento básico	(317)	(263)
Equipamento de carga e transporte	(2.584)	(891)
Equipamento administrativo	(1.763)	(600)
Equipamento informático	(7.915)	(2.611)
Equipamento bancário	(945)	(300)
Equipamento de segurança	(1.770)	(603)
Outras imobilizações corpóreas	(2.278)	(623)
Total Amortizações	(17.572)	(5.891)
Valor Líquido	130.064	97.428

<i>Imobilização Incorpóreas</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2010</i>
Imobilizações Incorpóreas		
Prop. Ind e outros dtos contratos	40.713	11.046
Despesas de constituição	125.178	117.453
Gastos de organização e expansão	8.955	2.433
Benfeitorias em imóveis de terceiros	118.418	115.611
Outras imobilizações corpóreas	7.873	7.791
Valor Bruto	301.137	254.334
Amortizações de Imobilizações Incorpóreas		
Prop. Ind e outros dtos contratos	(11.162)	(1.856)
Despesas de constituição	(56.285)	(17.503)
Gastos de organização e expansão	(2.195)	(73)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(17.166)	(5.828)
Outras imobilizações corpóreas	(3.360)	(917)
Total Amortizações	(90.168)	(26.177)
Valor Líquido	210.969	228.157

<i>Imobilização Financeiras</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2010</i>
Participações em Outras Sociedades - EMIS	36.048	0
Total Imobilizado	31.12.2011	31.12.2010
Amortizações	(107.739)	(32.068)
Imobilizações (Valor Líquido)	377.080	325.584

O valor registado em imobilizado corpóreo e incorpóreo refere-se sobretudo aos investimentos efectuados durante o período antes e após a abertura do Banco. As imobilizações incorpóreas correspondem, aos custos de arranque do Banco, nomeadamente, obras na agência sede, gastos com projetos e consultoria.

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo que a rubrica mais significativa (descritivo “Equipamento Informático”) contém a maior parte do equipamento tecnológico do Banco.

O movimento acumulado do Imobilizado a 31 de Dezembro 2011 expresso em milhares de Kwanzas, encontra-se detalhado no Anexo A.

10. Depósitos de Clientes

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<i>Depósitos de Clientes</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2010</i>
Depósitos à Ordem		
Em Moeda Nacional	444.062	139.836
Em Moeda Estrangeira	119.295	48.659
	563.357	188.495
Depósitos a Prazo		
Em Moeda Nacional	33.931	50.600
Em Moeda Estrangeira	2.705	714
	36.636	51.314
Total de depósitos	599.993	239.809

O total de depósitos de acionistas e familiares em 1º grau de parentesco é de 371.472 milhares de Kwanzas.

A decomposição dos depósitos a prazo, de acordo com a respetiva maturidade e moeda é a seguinte:

<i>Depósitos a Prazo</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2010</i>
Em Moeda Nacional		
De 0 a 3 meses	33.756	1.812
> 3 meses	175	48.788
	33.931	50.600
Em Moeda Estrangeira		
De 0 a 3 meses	1.276	714
> 3 meses	1.429	
	2.705	714
Total	36.636	51.314

11. Outras Obrigações

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<i>Outras Obrigações</i>	31.12.2011	31.12.2010
Outras obrigações de natureza fiscal	2.325	5.903
Outras obrigações de natureza cível	89.717	243.835
Outros valores de natureza administrativa e comercial	10.154	2.622
	102.196	252.360

O saldo de outras obrigações de natureza fiscal, diz respeito aos impostos devidos ao Estado, nomeadamente, o imposto do rendimento de trabalhos dos funcionários e o imposto das empreitadas referentes às prestações de serviço.

O saldo referente a outras obrigações de natureza cível, diz respeito essencialmente a montantes devidos a credores pela prestação de serviços e outros credores.

Por fim, os outros valores de natureza administrativa e comercial referem-se a montantes relacionados com o Pessoal.

12. Capital Social

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<i>Capital</i>	31.12.2011	31.12.2010
Capital	1.000.001	300.000
Outras Reservas	14.795	14.794
Resultados Transitados	(74.568)	0
Resultado do Exercício	(214.539)	(77.322)
Total	725.689	237.472

A 31 de Dezembro de 2011 o capital encontrava-se totalmente subscrito e realizado, estando dividido e representado por 1.000.000 ações, emitidas ao par, pelo valor nominal de 1.000 Kwanzas cada uma. A rubrica de resultados transitados, apresenta a 31 de Dezembro de 2011 um saldo devedor de 74.568 milhares de Kwanzas (face aos 77.322 milhares de Kwanzas).

A estrutura acionista do Banco em 2011 e 2010 é a seguinte:

2011

<i>Acionistas</i>	<i>Valor nominal/ação (em Kwanzas)</i>	<i>Nº de ações</i>	<i>Total (em milhares de Kwanzas)</i>	<i>Participação</i>
Natalino Lavrador	1,000	515	515,000	51.5%
Sebastião Lavrador	1,000	55	55,000	5.5%
Minoru Dondo	1,000	200	200,000	20%
António Mosquito	1,000	200	200,000	20%
Carlos Saturnino	1,000	30	30,000	3%
	5,000	1,000	1,000,000	100%

2010

<i>Acionistas</i>	<i>Valor nominal/ação (em Kwanzas)</i>	<i>Nº de ações (em milhares)</i>	<i>Total (em milhares de Kwanzas)</i>	<i>Participação</i>
Natalino Lavrador	1,000	180	180,000	60%
Sebastião Lavrador	1,000	30	30,000	10.0%
Minoru Dondo	1,000	30	30,000	10%
António Mosquito	1,000	30	30,000	10%
Carlos Oliveira	1,000	30	30,000	10%
	5,000	300	300,000	100%

O valor de outras reservas resulta de proveitos da aplicação do capital realizado em títulos do Banco Central, antes da abertura operacional do Banco, sendo assim alocado à rubrica de capital dado não se tratar de um proveito decorrente da atividade operacional do Banco.

Adicionalmente, é de referir que a variação dos fundos próprios se encontra publicada no mesmo relatório sob o descritivo “Mapa de Mutações de Fundos Próprios”.

13. Margem Financeira

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<i>Margem Financeira</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2010</i>
Proveitos de Aplicações de Liquidez	200	0
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	9,303	6,904
Proveitos de Créditos	6,200	303
Total Juros e Proveitos	15,703	7,207
Juros de Depósitos	9,067	812
Margem Financeira	6,636	6,395
Resultados de Operações Cambiais	(747)	120
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	2,674	257
(-) Provisões p/ Crédito de Liq. Duvidosa e Prest. Garantias	(2,819)	(43)
Resultado de Intermediação Financeira	5,744	6,729

Os proveitos de títulos e valores mobiliários são resultantes dos juros dos títulos.

Os proveitos de crédito refletem a remuneração respeitante ao total do crédito concedido e vencido, tal como os juros de mora suportados pelos clientes, decorrentes do atraso na liquidação dos compromissos de crédito.

Os juros de depósitos apresentam um crescimento resultante de aumento de recursos de clientes no exercício de 2011.

O resultado da Prestação de Serviços Financeiros inclui valores relacionados com comissões para abertura de crédito, comissões para compensação eletrónica, comissões para prestação de serviços a terceiros para compensação eletrónica e comissões por outros serviços.

14. Custos com Pessoal

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<i>Custos com Pessoal</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2010</i>
Salário base pessoal	50.916	14.730
Remunerações adicionais	12.605	4.858
Encargos sobre Remunerações	4.245	1.473
Seguro acidentes de trabalho	1.496	126
Outras despesas	0	137
Total	69.262	21.324

A 31 de Dezembro de 2011 o Banco apresenta a seguinte estrutura funcional:

	<i>2011</i>	<i>2010</i>
Administração	3	3
Direção	1	1
Técnicos	8	8
Administrativos	1	1
	13	13

15. Fornecimentos de Serviços Terceiros

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<i>Fornecimentos e Serviços Externos</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2010</i>
Comunicações	14.143	3.924
Água e Energia	1.118	1.124
Transporte, Deslocação e Alojamento	2.884	2.408
Publicações, Publicidade e Propaganda	1.317	1.307
Segurança, Conservação e Reparação	9.038	1.164
Serviços Especializados	17.847	9.832
Seguros	236	65
Rendas e Alugueres	13.826	7.262
Materiais Diversos	1.669	1.975
Outros Fornecimentos de Terceiros	7.126	1.639
Total	69.204	30.700

O valor de serviços especializados representa os gastos com serviços de auditoria e consultoria incorridos ao longo do ano. A rubrica de rendas e alugueres inclui a especialização dos custos relativos ao arrendamento de espaços pelo BCH.

16. Encargos sobre o Resultado Corrente

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efetuada nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 72º, da Lei nº 18/92, de 3 de Julho, sendo a taxa de imposto aplicável de 35%, na sequência da Lei nº 5/99, de 6 de Agosto.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o apuramento para efeitos de determinação da contribuição industrial pode ser detalhada como segue:

<i>Encargos sobre o Resultado Corrente</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2010</i>
Resultado antes de Imposto	(214.539)	(77.322)
Lucro tributável	(214.539)	(77.322)
Taxa nominal de imposto	35%	35%
	(75.089)	(27.063)
Imposto corrente apurado	0	0
Resultado Líquido do Exercício	(214.539)	(77.322)

Em 2010, o valor registado em Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado, no montante de 9.500 milhares de Kwanzas, referia-se ao imposto da taxa de circulação pago pelo Banco ao Estado (10%). Dado que o resultado líquido se mantém negativo, o imposto corrente apurado é nulo.

17. Outros Custos e Proveitos Operacionais

<i>Outros Custos e Proveitos Operacionais</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2010</i>
Outros Proveitos Operacionais	1.132	50

O saldo de outros proveitos operacionais reflecte os cheques emitidos aos clientes ao longo do período. Dado o início de atividade a 17 Junho 2010, é expectável que a variação entre os dois períodos em análise seja elevada.

18. Extrapatrimoniais

A 31 de Dezembro existiam os seguintes saldos referentes a contas extrapatrimoniais:

<i>Extrapatrimoniais</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2010</i>
Garantias recebidas	40.356	13.000
Compromissos irrevogáveis	31.122	4.300
Total	71.478	17.299

19. Eventos subsequentes

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2011 que justifiquem ajustamentos ou divulgação nas Notas às Contas relativas o exercício findo, que afetem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas de forma significativa, ou ainda que, embora não afetando as demonstrações apresentadas, tenham alterado ou seja expectável que venham a alterar de forma significativa, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira do Banco, os seus resultados e/ou as suas atividades.

Anexo A | Mapa de Imobilizado

EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(montantes expressos em milhares de kwanzas angolanos)

<i>Descrição</i>	<i>Saldo inicial</i> <i>31.12.2010</i>	<i>Adições</i> <i>em 2011</i>	<i>Transf.</i> <i>em 2011</i>	<i>Abates</i> <i>em 2011</i>	<i>Imobilizado bruto</i> <i>31.12.2011</i>	<i>Amortizações</i>	<i>Imobilizado líquido</i> <i>31.12.2011</i>
Imobilizações Corpóreas							
Equipamento básico	7.107	0	0	1.684	5.423	317	5.106
Equipamento de carga e transporte	5.302	0	0	0	5.302	2.584	2.718
Equipamento administrativo	11.914	5.350	0	0	17.264	1.763	15.501
Equipamento informático	45.751	2.460	0	0	48.211	7.915	40.296
Equipamento bancário	6.108	573	0	0	6.681	945	5.736
Equipamento de segurança	11.970	252	0	0	12.222	1.770	10.452
Imobilizado em curso	2.806	37.615	2.806	0	37.615	0	37.615
Outras imobilizações corpóreas	12.361	2.557	0	0	14.918	2.278	12.640
Total Imobilizações Corpóreas	103.319	48.808	2.806	1.684	147.636	17.572	130.064
Imobilizações Incorpóreas							
Prop. Ind e outros dtos contratos	11.046	29.667	0	0	40.713	11.162	29.551
Despesas de constituição	117.453	7.725	0	0	125.178	56.285	68.893
Gastos de organização e expansão	2.433	6.522	0	0	8.955	2.195	6.760
Benfeitorias em imóveis de terceiros	115.611	2.807	0	0	118.418	17.166	101.252
Outras imobilizações corpóreas	7.791	82	0	0	7.873	3.360	4.513
Total Imobilizações Incorpóreas	254.334	46.803	0	0	301.137	90.168	210.969
Totais	357.653	95.611	2.806	1.684	448.773	107.740	341.032

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS**Relatório do Auditor Independente**

Aos acionistas do
Banco Comercial do Huambo, SA

Relatório sobre as Demonstrações Financeiras

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial do Huambo, SA que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, que evidencia um total de 1.448.049 milhares de Kwanzas e um capital próprio de 725.689 milhares de Kwanzas, o qual inclui um resultado líquido negativo de 214.539 milhares de Kwanzas, a demonstração de resultados, a demonstração das mutações nos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa referentes ao ano então findo, e um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Angola para o sector bancário, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro. Ao efectuar essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

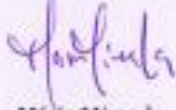
Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada
Edifício Presidente - Largo 17 de Setembro n.º 3, 1.º andar - Sala 137 Luanda - República de Angola
T: +244 222 311 166, 10110 pwc.com/ao

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco Comercial do Huambo, SA em 31 de Dezembro de 2011 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data de acordo com os princípios e as práticas contabilísticas geralmente aceites em Angola para o sector bancário.

Por PricewaterhouseCoopers (Angola), Lda



Mário Miranda
Partner

Luanda, 30 de Abril de 2012

RELATÓRIO DO PARECER FISCAL

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas:

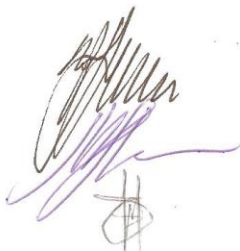
De acordo com as disposições legais e regulamentares Angolanas, cumpre ao Conselho Fiscal emitir um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e emitir o seu parecer sobre as Demonstrações Financeiras do Banco Comercial do Huambo S.A. (BCH), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O Conselho Fiscal acompanhou de forma continuada a evolução da actividade da Sociedade e verificou a regularidade dos registos contabilísticos, bem como da respectiva documentação. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal contou sempre com a colaboração do Conselho de Administração, na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções, em termos que apraz registar.

As contas foram objecto de uma auditoria completa levada a cabo pelos auditores externos do Banco, cuja opinião, as demonstrações financeiras apresentam de uma forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BCH em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado das suas operações, as mutações dos seus fundos próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo daquela data, em conformidade com o plano contabilístico das Instituições Financeiras em Angola emanado pelo Banco Central de Angola.

Tendo ponderado o relatório do do auditor externo, é parecer do Conselho Fiscal, que a Assembleia Geral aprove o relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2011.

30 de Maio 2012



NOTA FINAL

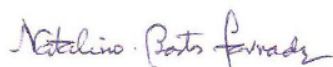
Ao concluir este primeiro período de actividade pautado por um crescimento sólido, o Conselho de Administração agradece o apoio de todos os que com ele colaboraram.

Aos nossos clientes, agradecemos a confiança depositada na nossa instituição e asseguramos que continuaremos a trabalhar com empenho de forma a mantermos um nível de prestação de serviços de qualidade.

Às Autoridades Oficiais, nomeadamente o Banco Nacional de Angola, agradecemos a colaboração prestada.

Agradecemos ainda aos auditores externos e demais consultores, pelo aconselhamento dado para o desenvolvimento das actividades, bem como a todos os colaboradores pelo profissionalismo, dedicação e entusiasmo que dedicam ao seu trabalho.

Huambo, 30 de Abril de 2012



O Presidente do Conselho de Administração